

A INVESTIGAÇÃO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: AS ASSOCIAÇÕES E SOCIEDADES DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

ELZA NADAI (*)

Para melhor situar o universo complexo da produção em História da Educação — da sua natureza e das condições de sua elaboração — bem como do movimento associativo de seus autores, focalizaremos, rapidamente, os campos da História e da Historiografia da Educação Brasileira. De certa forma, eles se imbricam e se confundem. As investigações nesta área são tão recentes que os que vem lutando pela sua institucionalização, são também os que tem pensado, refletido ou se debruçado sobre a documentação que a embasa. Documentação que, em sua maioria, jaz nos recintos dos arquivos escolares, quase todos ainda por se organizarem.

AS ASSOCIAÇÕES E SOCIEDADES DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

A realidade brasileira possui muitos pontos de contacto e alguns divergentes com a dos países que estiveram representados no Primeiro Encontro de História da Educação, realizado em Lisboa, em 1987, conforme pudemos constatar, lendo nas respectivas atas, os trabalhos de Pierre Caspard, Julio Ruiz Berrio e Joaquim Ferreira Gomes⁽¹⁾.

Começaremos por focalizar o que nos afasta. Não temos uma Associação que reúna somente os investigadores de História de Educação. Há, pelo menos duas Sociedades — ANPUH (Associação Nacional de Professores Universitários de História) e ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação) — dividindo, hoje, as preferências dos pesquisadores da área.

A primeira, mais antiga, foi estruturada em 1961, com o objetivo de reunir os historiadores/docentes universitários de História. Desde esta data, tem organizado, ininterruptamente, Seminários, Congressos e Encontros, a cada dois anos, com alcance nacional. Até hoje, foram dezesseis eventos, todos com a publicação das respectivas atas. A ANPUH

(*) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

edita ainda, com regularidade, a *Revista Brasileira de História*, considerada uma das mais importantes publicações no campo.

A ANPED, por sua vez, surgiu, no final da década de setenta, com o objetivo de nuclear os pesquisadores dos programas de pós-graduação em Educação, com vistas a defender seus interesses, sobretudo diante das agências de fomento. Ela se originou, assim, no bojo de movimento reivindicativo por maiores verbas, na disputa interna face aos pesquisadores de outros ramos do conhecimento. Seu funcionamento é pertinente aos seus objetivos: ela reúne tanto os *programas de pós-graduação* em Educação como os *pesquisadores*, individualmente. Estes são convidados a integrar seus diversos *comitês*, sendo um deles o de *História da Educação*.

Desta forma, a ANPED foi possível em decorrência das determinações emanadas da nova política de pós-graduação que nos anos setenta acarretaram a reorganização e a expansão dos cursos de Mestrado e de Doutorado. Atualmente são 22 os cursos de Mestrado e 8 os de Doutorado distribuídos pelo país e, em quase todos, figura História da Educação Brasileira como uma das áreas de concentração e, portanto, de investigação.

Algumas perguntas se impõem. Quem são os pesquisadores de História da Educação? De que cursos procedem? Qual das duas Associações expressa melhor seus interesses? Em qual delas concentram-se os pesquisadores?

HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: FASE PIONEIRA

A busca de respostas exige a recuperação da trajetória de constituição do próprio campo de História da Educação.

Em linhas gerais, pode-se periodizá-la em dois momentos fundamentais. O primeiro, centrado nos anos quarenta/cinquenta e o segundo a partir do final dos anos setenta.

Nós também, como na Espanha, devemos atribuir aos egressos da Escola Normal o papel de pioneiros da investigação educacional e da profissionalização do ensino. Sobretudo os egressos das Escolas Normais mais importantes do país — as de São Paulo e Rio de Janeiro, instituições modelares e pioneiras da formação docente e dos agentes do ensino, que se instituíram na última década do século XIX, inicialmente como espaço de educação secundária e depois integrante de projetos universitários também pioneiros, como a Universidade de São Paulo e a Universidade do Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro) — quando estas surgiram no início dos anos trinta, no bojo de amplo projeto liberal de modernização da sociedade brasileira⁽²⁾.

Foi a Escola Normal responsável pela formação dos primeiros especialistas do ensino, os chamados profissionais da escola, que constituíram a burocracia escolar e a do estado, os técnicos e os ideólogos da educação que ao longo do século XX vêm tentando

organizar um projeto educacional para o país. Atrás de cada iniciativa de vanguarda havia sempre antigo normalista. Instituição pioneira na aceitação de mulheres e ao mesmo tempo «modelo» na organização de um corpo científico de conhecimentos sobre a escola. Era portadora também de currículo amplo e diversificado e acabava, assim, por fornecer aos seus alunos base humanística expressiva. Valorizada pela sociedade civil era procurada pelos jovens que se dirigiam aos outros campos que não o magistério, como o jornalismo, a administração e a política. Permitiu também o acesso da mulher, esta sim, assumia a profissão docente.

A origem normalista dos primeiros investigadores de História da Educação, de certa forma, ainda impõe sua marca na identificação dos responsáveis pela elaboração do curso sobre a escola e na delimitação dos espaços e do grau de legitimidade de cada um deles. Subsiste, assim, uma vertente, que confere, de maneira difusa, àqueles profissionais o status de representantes «legítimos» da escola. Portanto, cabe ao egresso da Escola Normal e depois, por extensão, ao da Licenciatura de Pedagogia, «falar» por ela. A demarcação do espaço de legitimidade confere, por antecipação, o da exclusão. Esse posicionamento é responsável por outros desdobramentos que, de certa forma, tem conturbado as relações pedagógicas e o cotidiano escolar, ou seja, persiste uma animosidade entre os bacharelados/licenciandos de diversas áreas (história, geografia, ciências, física, etc.) e os de Pedagogia⁽³⁾.

Os professores originados da Escola Normal engrossaram também o grupo que lutava pela escola pública. Alguns foram intransigentes defensores de uma política educacional pública consistente e aquela instituição caracterizou-se por ser um centro de resistência ao avanço do ensino privado. Produziram ainda um conjunto notável de trabalhos e foram responsáveis pelas primeiras investigações que procuraram definir o aluno e a aprendizagem, seguindo uma abordagem científica. Merecem destaque: Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Noemi Silveira Rudolfer e A. F. de Almeida Jr.

Ao redor de Fernando de Azevedo integrado, então, à Universidade de São Paulo, como catedrático da Cadeira de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, foi constituído, ao longo das décadas de cinquenta e sessenta, o *primeiro grupo de jovens investigadores* sobre as condições culturais, as de organização e de funcionamento do sistema escolar e certos aspectos da sociedade brasileira; sobre os estudantes e alunos, preocupando-se também com o arrolamento de vasta documentação. Florestan Fernandes, Otávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Maria Alice Foracchi, Maria Aparecida Joly Gouveia, etc., produziram pesquisas sobre a escola, segundo a vertente sociológica. Foi um primeiro «olhar» sobre a realidade escolar em suas relações com a sociedade brasileira. Até então, a escola era focalizada como um componente isolado e autônomo do social.

Esse grupo encontrou sustentação e apoio no CRPE (Centro Regional de Pesquisas Educacionais, de São Paulo) que juntamente com o INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos) foram criações de Anísio Teixeira instaladas a partir do final dos anos

trinta à semelhança do que havia na França. Essas instituições — INEP e CRPEs — (além de São Paulo, foram instaladas também nas cidades do Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre) possuíam dois amplos objetivos que se fundiam em um só: deveriam realizar investigações sobre educação brasileira que pudessem embasar políticas compatíveis com a realidade nacional. Os CRPEs foram desativados após o golpe militar de 1964 mas subsiste ainda o INEP, de certa forma, esvaziado, que publica, regularmente, a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, cujos exemplares podem ser encontrados no Centro de Ciências Pedagógicas da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

Desta mesma época — final dos anos 50 e início dos 60 — datam também os primeiros estudos de cunho científico sobre *Didática e Administração Escolar*. Já então se implantara a Licenciatura em Pedagogia (1939) e em cada Faculdade de Filosofia agregou-se um Departamento de mesmo nome que concentrava os docentes responsáveis pelos diferentes cursos de Metodologia, Didática, Filosofia, História da Educação e Administração Escolar. A Cadeira de História da Educação tratava da evolução das idéias e do pensamento dos principais educadores do mundo ocidental — dos gregos aos liberais — e não cuidava de analisar, no ensino, as questões relativas à realidade nacional⁽⁴⁾.

As primeiras pesquisas referentes aos campos de Didática e de Administração guardaram também afinidades com a vertente histórica e foram resultantes de um processo de *intervenção*, como resultado de reflexões de seus professores sobre a prática, a partir da instalação de escolas inovadoras, como os Grupo-Ginásio, as Escolas de Aplicação e os Ginásios Vocacionais, política essa decorrente de um projeto de criação de experiências educacionais que pudessem funcionar como alternativas à escola secundária elitista, propedêutica e altamente selectiva. Esses estabelecimentos de ensino serviram também como locais de prática pedagógica aos estagiários — futuros professores, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras⁽⁵⁾.

Desta forma, os primeiros trabalhos de Didática preocuparam-se em estabelecer as bases psicológicas da aprendizagem, resultantes do contacto com a obra de Jean Piaget, os instrumentos de medida, adequando os testes de inteligência à população escolar do país e os processos de ensino. Os de Administração Escolar, por sua vez, buscaram relacionar as questões de gestão escolar às de administração da fábrica, com ênfase no Taylorismo (racionalidade, produtividade, hierarquia, etc.).

Nessa fase pioneira, portanto, os produtores de pesquisa sobre História da Educação foram, preferencialmente, os normalistas e depois os egressos das Licenciaturas de Pedagogia. Raros foram outros cientistas sociais, como os sociólogos e os filósofos, que se debruçaram sobre a problemática escolar. Os historiadores também negaram status de sujeito de pesquisa à escola, considerando-a, de início, tema menor. Isto pode ser explicado, provavelmente, pela grande influência que a *École des Annales* exerceu na formação dos primeiros profissionais de História, como sugeriu Pierre Caspard nas Atas inicialmente indicadas⁽⁶⁾.

Os temas privilegiados pela investigação foram de um lado, a organização escolar, a legislação do ensino e a «disparidade» entre uma e outra e, de outro, o pensamento dos chamados «renovadores» (Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho, principalmente) que se dedicaram a difundir os princípios e as práticas da Escola Nova e lutaram por criar um sistema público de ensino compatível com a sociedade brasileira que se industrializava e se urbanizava aceleradamente. De certa forma, acção e reflexão caminharam juntos.

FASE DE CONSOLIDAÇÃO DAS INVESTIGAÇÕES EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

A implantação na década de setenta dos Programas de Pós-Graduação em Educação acarretou profundas repercussões não só na quantidade e qualidade das investigações realizadas mas também no perfil do investigador. Para fazer frente às novas demandas sociais, houve necessidade de investimentos maciços na formação e no aperfeiçoamento docentes. Muitos professores foram enviados ao exterior ou para as regiões mais avançadas do centro/sul do país. As conseqüências se fizeram sentir alguns anos depois, com a ampliação não só dos programas de Mestrado e de Doutorado como também do número de teses e dissertações. *História da Educação Brasileira*, integrada ou não à Filosofia, ocupou uma das áreas de concentração em quase todos os Programas criados.

Que balanço (embora precário) pode ser feito? Que temas têm sido privilegiados ou recusados? Que periodização vem sendo realçada?⁽⁷⁾

A maioria esmagadora dos trabalhos utiliza-se de marcos históricos para delimitar o tema. Assim, independente do objeto e da ótica a partir do qual ele é compreendido, empregam-se marcos consagrados da história política — Colônia, Império e República. Poucos permitem que o objeto em exame determine a sua própria periodização.

A maioria das investigações refere-se à etapa republicana (1889-em diante) e desse período as duas fases que tem atraído o maior número de interesses são a Primeira República (1889-1930) e a Era de Vargas (1930-1945) e, nesta, mais o Estado Novo (1937-1945).

Poucos são os estudiosos que atualmente elegem assuntos da Colônia (1500-1822). Dificuldades de acesso à documentação (quase totalidade encontra-se em Arquivos portugueses) e de instrumentos para o seu domínio e tratamento (a Cadeira de Paleografia praticamente desapareceu dos currículos de História e nunca existiu nos de Filosofia e de Pedagogia) transformaram aquele período histórico em algo quase inacessível aos jovens pesquisadores da educação nacional.

Os temas da «organização do sistema escolar» e da «legislação do ensino» continuam privilegiados.

Em relação à Colônia, os trabalhos repetem a abordagem que denuncia o caráter elitista da educação jesuítica e depois analisa algumas das modificações introduzidas por

Pombal. No Império, as pesquisas tratam da desconsideração pelo ensino elementar e da lamentável inexistência de uma universidade nos moldes daquelas que as sociedades mais esclarecidas haviam criado.

Na República, emergem os grandes personagens, principalmente os renovadores do ensino e contra eles, os católicos conservadores; na interlocução de ambos, o Estado. Este é o personagem que toma toda a cena e não se esgotam os estudos sobre as Grandes Reformas (as Leis Orgânicas), sobre os debates que antecederam a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e sobre as diversas Constituintes.

Grande número de trabalhos continua estudando o pensamento pedagógico e a ação reformadora dos intelectuais da educação que marcaram, desde os anos 20, o movimento de renovação educacional no Brasil. A maioria se dedica a reconstruir o pensamento e a ação desses educadores, entre os quais, por ordem, encontram-se Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho.

Outro tema de destaque é o «acompanhamento evolutivo da educação escolar» nos seus diferentes graus e ramos (seja no nível da organização escolar, no da legislação pertinente ou, ainda, no do confronto entre ambas). Incluí, atualmente, o tema da educação popular, inclusive, na sua vertente não escolar.

Um conjunto mais recente trata a educação não mais como uma realidade autônoma em relação ao social e nem como uma esfera da realidade social na qual se «reflete» a infra-estrutura mas sim como uma das suas manifestações, com suas peculiaridades, expressão do momento político-ideológico e assim deve ser explicada historicamente, seja em relação aos sujeitos nela envolvidos, seja em relação aos currículos, às instituições que a realizam ou à legislação que nela incide.

Vivemos, portanto, um momento de refinamento metodológico e de busca de novas abordagens. Isso acarretou dois aspectos positivos. Procura-se, de um lado, apreender e compreender a especificidade da escola em relação às outras manifestações do social e, de outro, renovar o tratamento de velhos temas, que continuam sendo pesquisados: pensamento dos educadores, sua contribuição (sempre os renovadores, em primeiro lugar), a evolução dos sistemas de ensino, sua natureza, a distribuição e tipos de escolas, etc.

Nesta trajetória, tem procurado destacar ainda outros agentes do ensino. O Estado tem deixado de ser o interlocutor mais importante das pesquisas e do movimento social, situado acima das forças sociais e dos conflitos e um outro interlocutor vem surgindo — os movimentos sociais, população organizada em sua luta pela escola. Nesse movimento, outros projetos educacionais vêm aflorando bem como a resistência deles face à implantação de um projeto oficial de educação de abrangência nacional. Apesar das dificuldades de obtenção de fontes, tem sido estudados os projetos anarquista, socialista comunista, católico e reformado.

Outra decorrência desse movimento tem sido a preocupação de todos os envolvidos (pesquisadores, instituições) com a preservação das fontes (propriamente escolares) e compreendidas de maneira abrangente — desde mobiliário, cartazes, fotografias, revistas,

livros, cadernos, diários de classe, apontamentos de alunos e de professores, relatórios, etc.). Há uma série de projetos em andamento⁽⁸⁾ em algumas universidades (Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Minas Gerais, entre outras) que procuram instituir Centros de Documentação e/ou de Memória Escolar, objetivando preservar, organizar, produzir (utilizando História Oral, por exemplo) e catalogar tudo que possa ajudar a esclarecer e compreender a educação nacional. Alguns desses Arquivos/Centros de Memória estão em processo de integração com os similares estrangeiros, como o Banco Emmanuelle, da França, para estudo dos manuais escolares.

PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES E SOCIEDADES NA RENOVAÇÃO DA ÁREA

Para finalizar, retornamos ao início do presente artigo. Que papel ocupou as duas Associações — ANPUH e ANPED — nesse movimento renovador?

Depois de alguns anos, cada qual isolada e fechada em si mesma, os pesquisadores de ambas as Sociedades (nem sempre os mesmos, pois ainda subsistem «lugares» demarcados, pela origem, o do «historiador» e o do «pedagogo», respectivamente) vêm mantendo contactos regulares e sistemáticos, incentivados pelas respectivas direções. Entendeu, cada qual, que o diálogo entre profissionais que perseguem o mesmo objeto só poderia ser enriquecedor. Isto porque, alguns historiadores «descobriram» a escola como objeto/sujeito de pesquisa e dividem, hoje, com os egressos das Licenciaturas em Pedagogia, a hegemonia do campo. As consequências desse fato estão em andamento e são, potencialmente, inovadoras, sendo possível detectar algumas delas. O próprio ensino já se beneficiou, com a criação da Cadeira de História da Educação Brasileira nos currículos de Pedagogia. Nunca é demais enfatizar que até há poucos anos, na própria Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, os estudos referentes à educação nacional ficavam relegados à Pós-Graduação.

Esse diálogo entre historiadores de formação e de prática tem produzido também uma saudável renovação da área, resultante do aperfeiçoamento das ferramentas utilizadas no ofício. Essa situação é concretizada na renovação metodológica, temática e de abordagem. Além do mais, os espaços das duas Associações tem servido para a criação e organização de projectos coletivos e amplos, unindo investigadores de diversas regiões do país. Isto para uma realidade da envergadura e complexidade como é a do Brasil e com a tradição individualista a pairar sobre os ombros dos pesquisadores permitem supor a importância da política de aproximação dos dois grupos de pesquisadores. Esta política tem servido para desnudar também que o diálogo entre historiadores e pedagogos é difícil mas possível e enriquecedor.

NOTAS

1. Cf. Pierre Caspard («L'Histoire de L'Éducation en France»), Julio Ruiz Berrio («La investigación española en historia de la educación. La Sección de Historia de la Educación de la Sociedad Española de Pedagogía») e Joaquim Ferreira Gomes («Situação actual da História da Educação em Portugal»), in *Primeiro Encontro de História da Educação em Portugal* (Lisboa, 14-16 Out. 1987), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

2. Esse problema foi analisado em nossa tese de doutoramento: *Ideologia do Progresso e Ensino Superior. São Paulo — 1889-1934*, São Paulo, Loyola, 1987.

3. Esta questão é mais sintoma do que propriamente causa do problema e se relaciona também à forma de enquadramento de cada licenciado ao estatuto da carreira docente. No Brasil, ao contrário do que se generalizou em Portugal, ocorreu uma divisão de trabalho extremamente acentuada no interior da escola: os professores são responsáveis pela docência e os licenciados em Pedagogia, pela gestão e supervisão escolar. Esta hierarquia acabou acentuando a divisão de tarefas, a separação entre o educacional e o administrativo e impôs padrões salariais e de gratificação diferenciados. Em relação ao sistema de ensino brasileiro, a rigor, não se pode falar em uma carreira docente unificada.

4. Esta postura era coerente com a visão etnocêntrica de História que vigia e passou a ser questionada, na práxis, a partir dos anos sessenta/setenta na Europa (Inglaterra, França). Cf., por exemplo, entre outros, os trabalhos de: Jean CHESNEAU, *Hacemos tabla rasa del pasado? a proposito de la historia y de los historiadores* (trad. Aurélio Garzon del Camino), México, Siglo XXI Ed., 1977; Marc FERRO, *Comment on raconte l'Histoire aux enfants*, Paris, Payot, 1981; Elza NADAI, «A Escola Pública Contemporânea: os currículos oficiais de História e o ensino temático», *Revista Brasileira de História* (São Paulo), 6 (1), 1985/1986, pp. 99-116.

5. Estas experiências inovadoras subsistiram até os anos setenta, quando foram desativadas em consequência da implantação da ditadura no país em 1968. Muitos de seus professores e alunos foram perseguidos e processados pela Justiça Militar pois as referidas experiências foram, no geral, consideradas contestadoras da ordem vigente.

6. Cf. o trabalho citado de Pierre Caspard.

7. Para as anotações que se seguem, escritas em Lisboa, longe das Bibliotecas Brasileiras e de qualquer outro acesso às fontes, utilizei os trabalhos de: Bernadete A. GATTI, «Pós-Graduação e Pesquisa em Educação no Brasil, 1918-1981», *Cadernos de Pesquisa* (São Paulo), 44, 1983, pp. 3-17; Miriam Jorge WARDE, «Anotações para uma historiografia da educação brasileira», *Em Aberto* (Brasília), 3 (23), 1984. Utilizei ainda o *Caderno Levantamento Bibliográfico. História da Educação* (Brasil), São Paulo, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 3 (11), 1989.

8. Um exemplo é a reformulação do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo em andamento que tem procurado priorizar linhas de pesquisas interdisciplinares, centradas na escola. Pesquisas iniciadas procuram estudar de um lado, o papel das disciplinas, destacando os instrumentos de aprendizagens, os manuais escolares, as cartilhas, os livros de leitura, etc. De outro, as investigações estão centradas em seus professores (memória, processos de formação), movimentos associativos, métodos de ensino, etc.